



Urgência para reforma trabalhista deve ser votada terça em Plenário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu que requerimento, lido ontem em Plenário, não deve ser pautado na sessão de hoje nem na de segunda-feira

O requerimento de urgência para o projeto da reforma, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça nesta semana, deve ser votado pelo Plenário na terça-feira. Romero Jucá, líder do governo, desistiu de colocar o pedido em votação ontem por causa do baixo quorum. O projeto da reforma precisa de intervalo de duas

sessões, após a aprovação da urgência, para poder ser analisado. O calendário de votação, porém, ainda não é consenso entre governistas e oposição. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou que a Casa tenha abdicado do papel de analisar o projeto e disse que ele poderá ser alterado em Plenário, se assim quiserem os senadores. **5**



Janete Araújo/Agência Senado

Ao lado de Cássio Cunha Lima, Eunício Oliveira preside sessão: decisão final sobre reforma pode sair na semana que vem

Comissões iniciam análise de emendas à LDO 2018 **6**

Palestra: estímulos ajudam crianças com microcefalia **2**

Lei amplia programa que permite reduzir salário e jornada **8**

Restrição ao uso de mercúrio segue para o Plenário **7**

Suspensa por greve, visita ao Congresso volta amanhã **2**

Ministro cobra valorização das Forças Armadas

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Raul Jungmann, da Defesa, fala em audiência presidida por Fernando Collor

A elite brasileira, incluindo a política, dá pouca atenção às Forças Armadas e à defesa, disse o ministro Raul Jungmann em audiência na Comissão de Relações Exteriores. O mundo vive “o crescimento de tensões” e o papel do setor precisa ser valorizado no país, alertou. O ministro também propôs rever o modelo de segurança pública do Brasil. **7**

Devedores da Previdência se explicam em CPI

Representantes de empresas listadas entre os grandes devedores da Previdência falaram ontem à CPI que investiga o sistema previdenciário. Eles apontaram como algumas das causas dos débitos a crise econômica, a carga tributária e divergências quanto a “teses do Fisco”. **4**



Pedro França/Agência Senado

CPI promove debate com juiz do Trabalho e representantes de três empresas



Gerardo Magela/Agência Senado

Medeiros (2º à esq.) conduz audiência proposta por ele sobre crimes virtuais

Uso da internet por crianças deve ser orientado por pais, dizem debatedores

Com o objetivo principal de discutir o falso jogo Baleia Azul e outros crimes virtuais, a audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos acabou

se transformando em chamado a pais e educadores para a responsabilidade em orientar crianças e adolescentes sobre o uso seguro da internet. **6**

Definido relator da indicação de Raquel Dodge à PGR

Roberto Rocha relatará indicação de Raquel Dodge à Procuradoria-Geral da República. Ela será sabatinada na CCJ antes da votação em Plenário. **3**

Senado aprova acordos do Brasil com três países

O Plenário ratificou ontem acordos de cooperação internacional assinados pelo Brasil com a Geórgia, Serra Leoa e São Cristóvão e Névis. **3**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovensenador

Parceria:

Realização:

Ana Vagner/Agência Senado



A neurocientista Lúcia Braga, da Rede Sarah, destacou o papel da família, além de médicos e educadores, no tratamento

Senado debate estimulação de crianças com microcefalia

Presidente da Rede Sarah de Hospitais destacou ontem a importância dos pais no desenvolvimento motor e cognitivo dos filhos com a doença. Evento faz parte de ciclo de palestras sobre primeira infância

NA TARDE DE ontem, a neurocientista e presidente da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, Lúcia Willadino Braga, fez uma palestra no Senado sobre a estimulação e o desenvolvimento de crianças com microcefalia.

Trata-se do evento inaugural do Ciclo de Palestras de Capacitação sobre a Primeira Infância, promovido pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, do Senado.

O pediatra e neonatologista Nelson Diniz de Oliveira, moderador do debate, disse que as crianças que nascem com microcefalia geralmente apresentam um atraso ou problemas no desenvolvimento motor, cognitivo, perceptivo, emocional e na comunicação. Por esse motivo, é fundamental que seja estimulado o desenvolvimento em todas essas esferas por uma equipe transdisciplinar, durante a primeira infância.

Lúcia disse que, apesar da doença muitas vezes estar associada ao Zika vírus, as causas podem ser diversas.

— Na Rede Sarah, nós temos

experiência com microcefalia desde os anos 60, porque existem causas não infecciosas, genéticas, químicas, físicas, infecciosas, como sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes simples etc. Agora passamos a receber um número de pacientes com microcefalia e outros problemas devido ao Zika vírus — contou.

Estimulação

A médica explicou que, além da maturação biológica, há variáveis culturais que estimulam o cérebro das crianças. É nessa variável que a família e os profissionais de educação e saúde podem intervir.

— Nós atuamos no aspecto cultural e chegamos no cérebro através de uma neuroestimulação. Com isso, obtemos mudanças biológicas, redes neuronais desenvolvidas e conseqüentemente um desenvolvimento motor, da linguagem, cognitivo, afetivo na criança, que vai repercutir na qualidade de vida — disse ela.

Lúcia ressaltou a importância da estimulação dos pais nas crianças com microcefalia, a partir de estudo publicado na

revista inglesa *Brain*.

— Antes havia a ideia de que, quando a criança nasce com problema, somente fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos poderiam ajudá-la. A gente sabia que os pais eram muito importantes. Então, nós fizemos um tratamento, durante um ano, exclusivamente com profissionais e outro com profissionais e a família. Um ano depois, o grupo que contava com a participação da família teve resultados estatísticos significativamente importantes tanto do ponto de vista cognitivo como do motor — ilustrou.

Lúcia apresentou várias imagens com exemplos de exercícios de estimulação que podem ser realizados pela família, em casa, e apresentou o site da Rede Sarah, no qual é possível solicitar atendimento para bebês com hipótese ou diagnóstico de microcefalia.

Também participaram do debate a presidente da Comissão da Primeira Infância, Lisle de Lucena, a deputada federal Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e o deputado federal Ságuas Moraes (PT-MT).

Primeira infância é tema de reportagem especial

A Rádio Senado apresenta neste fim de semana a reportagem especial “Infância e futuro: os primeiros anos do resto de nossas vidas”. Em quase 30 minutos, o programa aponta a importância da primeira infância no desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social do futuro adulto.

Segundo especialistas e autoridades, as experiências das gestantes e as situações vividas pela criança até os 6 anos de idade são decisivos para a saúde e a formação da personalidade.

Os depoimentos de médicos,

pedagogos, enfermeiros, fisioterapeutas, mães e crianças reforçam que a criação de vínculos afetivos seguros com os pais nessa fase da vida ajudam a criar adolescentes e adultos com maior autonomia e independência para experimentar os desafios da vida.

A reportagem especial também mostra a importância da amamentação e do lazer, aborda as leis que buscam proteger a primeira infância e os debates sobre o tema no Senado, como a semana de palestras e oficinas promovida anualmente pela Comissão

de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

A reportagem “Infância e futuro: os primeiros anos do resto de nossas vidas” tem produção dos jornalistas George Cardim e Fernanda Nardelli e vai ao ar hoje às 18h, com reapresentação amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

“Infância e futuro: os primeiros anos do resto de nossas vidas”
 • hoje: às 18h
 • amanhã: às 10h
 • domingo: às 17h
 Internet: www.senado.leg.br/radio

Festa do Vinho Goethe estará em calendário turístico do país

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que inclui a Festa do Vinho Goethe no calendário turístico oficial do país (PLC 75/2016). A comemoração ocorre anualmente no distrito de Azambuja, em Pedras Grandes (SC). O relator é Dário Berger (PMDB-SC). O projeto vai à sanção presidencial.

Azambuja recebeu a primeira colônia de imigrantes

italianos na região sul de Santa Catarina. Eles desenvolveram o cultivo da uva Goethe e a produção de um vinho diferenciado. A décima edição da Festa do Vinho Goethe ocorre entre 7 e 9 de julho.

— Além de colaborar para o resgate da imigração, a festa fomenta o turismo e os serviços em Pedras Grandes e em toda a região sul do estado — afirmou Berger.

Veterinários convidam Eunício para evento da categoria

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) e o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Josélio de Andrade Moura, convidaram ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para participar do 44º congresso da categoria, que acontecerá entre 4 e 8 de dezembro em Belém. Wellington, que é veterinário, estava acompanhado do conselheiro agrícola da embaixada da França no Brasil e Cone Sul, René Quirin.

O surgimento da primeira Escola Nacional de Veterinária

no Brasil contou com o trabalho de missões francesas no início do século 20. O presidente do Senado francês, Gérard Larcher, que também é veterinário, será convidado a participar do evento, no qual será comemorado o aniversário de 100 anos de formatura da primeira turma de veterinária do Brasil.

Eunício agradeceu o convite e disse que chamará o presidente do Senado francês para uma visita oficial ao Parlamento brasileiro

Da Assessoria da Presidência do Senado

Visitação ao Congresso fica suspensa hoje e retorna amanhã

O programa de visitação ao Congresso Nacional ficará suspenso hoje por questão de segurança devido à greve geral. Sábado e domingo as visitas serão realizadas normalmente.

Devido ao fechamento da Esplanada dos Ministérios hoje, a entrada no Congresso deverá ser feita pelas Vias N2 e S2, inclusive pelos servidores, pois o expediente será normal no Senado.

As visitas são gratuitas, abertas a toda a população e podem ser feitas todos os

dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 8h30 às 17h30, com saída de grupos a cada meia hora. Para visitar o Congresso às terças, quartas ou quintas-feiras, é necessário agendamento prévio, com exceção do período de recesso parlamentar.

A visita, que dura cerca de 50 minutos, é organizada pelas equipes de Relações Públicas do Senado e da Câmara.

Outras informações: <http://bit.ly/visitaCongresso>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Roberto Rocha relatará indicação de Raquel Dodge

Senador afirmou que indicada para substituir Rodrigo Janot na Procuradoria-Geral da República foi uma grande escolha e disse esperar que sabatina na Comissão de Constituição e Justiça ocorra em julho

O SENADOR ROBERTO Rocha (PSB-MA) anunciou ontem que será o relator da indicação de Raquel Dodge para o comando da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele afirmou que a indicada tem “currículo impecável” e foi uma “grande escolha”.

O senador disse esperar que a sabatina da procuradora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aconteça antes do recesso parlamentar de julho.

— Há o desejo de que a sabatina possa ocorrer ainda neste semestre. Não vai ser por exigência de ninguém, a CCJ tem a sua própria agenda, mas vamos acelerar no que for possível. O país precisa muito disso.

Ele observou que a sabatina pode ser longa, mas ressaltou que isso é um elemento posi-

tivo do processo de indicação para que o Senado não seja “só uma casa homologatória” da escolha do presidente da República. Em 2015, a sabatina do atual procurador-geral Rodrigo Janot, que era candidato à recondução, durou mais de dez horas.

O presidente Michel Temer oficializou a indicação de Raquel Dodge na quarta-feira, logo após receber o resultado da eleição interna realizada entre os procuradores do Ministério Público Federal (MPF). A procuradora foi o segundo nome mais votado na lista tríplice entregue a Temer, com 587 menções, atrás de Nicolao Dino (621) e à frente de Mario Bonsaglia (564).

A opção do presidente por ela marca a primeira vez desde 2003 em que o primeiro colocado na eleição interna

não é o indicado para o cargo de procurador-geral. Apesar de não ser uma norma do processo de escolha, a prática foi adotada nas últimas sete nomeações. Para Roberto Rocha, o fato está dentro das “regras do jogo”.

— Qualquer um dos três estaria honrando o MPF e teria a minha boa vontade. O presidente tem a prerrogativa de escolher qualquer um, ou até nenhum deles. Não há nenhuma estranheza nisso — avaliou o senador.

Procedimento

A mensagem presidencial com a indicação de Raquel Dodge ainda precisa ser lida em Plenário. Depois disso, a mensagem será despachada para a CCJ, onde o presidente do colegiado, Edison Lobão (PMDB-MA), deverá oficia-



Para Roberto Rocha, sabatina da procuradora em comissão poderá ser longa

lizar o nome do relator.

Depois da apresentação do relatório, que deverá conter o currículo da indicada e o parecer, será concedida vista coletiva e agendada a sabatina.

Após a decisão da CCJ, contra ou a favor da indicação, o tema seguirá para o Plenário, que terá a palavra final. Ra-

quel Dodge precisará do voto favorável de pelo menos 41 senadores para ser confirmada como a nova procuradora-geral da República.

Currículo

Raquel Elias Ferreira Dodge é subprocuradora-geral da República, membro do Ministério Público Federal desde 1987. Ela atua em matéria criminal perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A indicada participou da equipe que redigiu o 1º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. Também atuou na Operação Caixa de Pandora, que investigou esquema de propinas para políticos do Distrito Federal, em 2009.

Raquel Dodge integra o Conselho Superior do Ministério Público e é mestre em Direito pela Universidade Harvard, nos Estados Unidos.

Eunício afirma que não haverá pressa para votar sucessão na Procuradoria-Geral

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que não vai impor pressa à Comissão de Constituição e Justiça para a análise da indicação de Raquel Dodge, mas garantiu que está disposto a levar a questão ao Plenário assim que a comissão tiver cumprido a sua parte. Ele informou ainda que não é possível precisar se a votação ocorrerá antes ou depois do recesso.

— Não existe angústia nem

pressa, nós vamos aguardar os desdobramentos da análise da indicação na CCJ para saber se a aprovação vai ocorrer até o fim do semestre, sem atropelos. Caso contrário, a indicação pode ser votada no início do mês de agosto — ponderou.

Eunício relatou o encontro que teve com a procuradora no gabinete parlamentar dele na noite de quarta-feira. O presidente do Senado expli-

cou que a Raquel Dodge solicitou o encontro para obter informações sobre os ritos, os prazos e os desdobramentos de uma sabatina no Senado.

— Após a sabatina, vem para o Plenário. Havendo quorum no Plenário, é uma norma, é uma tradição, o presidente pautar e colocar em votação. Não havendo quorum elevado no Plenário, eu não colocarei a procuradora para ser votada assim como não

tenho colocado membros do CNMP, do CNJ, porque eu não quero correr o risco de ser responsável pela derrubada de um membro do Ministério Público ou de um membro da Justiça ou de uma agência que tenha sido indicado e tenha sido sabatinado. Aí cabe ao Plenário, tendo quorum adequado, aprovar ou reprovar — esclareceu Eunício.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Plenário aprova acordos do Brasil com Geórgia, Serra Leoa e São Cristóvão e Névis

O Senado aprovou ontem projetos que ratificam acordos internacionais do Brasil com três países. Com a Geórgia, o acordo ratificado prevê cooperação bilateral em diversas áreas. Com Serra Leoa e São Cristóvão e Névis, o foco da cooperação é a cultura. Todos os textos seguem para a promulgação.

Assinado em 2011, o acordo com a Geórgia (PDS 21/2017) vai permitir a realização de ações de cooperação técnica em áreas consideradas prioritárias pelos países. A cooperação poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não governamentais de ambas as partes. Os países ainda poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

O país que receber pessoal enviado pelo outro país fornecerá o apoio logístico necessário à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções. Dessa forma, serão fornecidos vistos, isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior demonstram que o saldo do comércio entre os dois países vem favorecendo, tradicionalmente, o lado brasileiro.

Em 2016, as exportações brasileiras para a Geórgia alcançaram US\$ 242,8 milhões e as importações originárias do país da Europa Oriental atingiram pouco mais de US\$ 1,3 milhão.

Para o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), o instrumento internacional está em sintonia com o interesse do Brasil em desenvolver seu crescimento econômico por meio da cooperação com outras nações em semelhante estágio de evolução, estimulando o progresso técnico e o desenvolvimento sustentável de ambos os países.

Cooperação cultural

O acordo com Serra Leoa (PDS 17/2017), firmado em 2009, tem a intenção de fortalecer os laços culturais entre os dois países, além de incentivar a troca de experiências entre o Brasil e o país africano.

Entre as medidas sugeridas, estão o encorajamento à cooperação entre instituições culturais públicas e privadas de ambos os países, com o intuito de desenvolver atividades e aperfeiçoar e incrementar o conhecimento mútuo e a divulgação da cultura entre um país e outro, além de promover a colaboração para a preservação do patrimônio cultural oral e intangível em ambas as nações.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), defendeu a aprovação do texto, que, na avaliação dele, está de acordo com as diretrizes da política externa brasileira de buscar proximidade e estreitamento dos laços que unem o Brasil ao continente africano.

As relações diplomáticas entre Brasil e Serra Leoa foram estabelecidas em 1974, quando a embaixada do Brasil em Acra (Gana) e a embaixada de Serra Leoa em Washington (Estados Unidos) tornaram-se ao mesmo tempo responsáveis por acompanhar os temas do relacionamento bilateral. A embaixada do Brasil em Freetown, capital da Serra Leoa, foi inaugurada em 2012.

Em 2008, um acordo bilateral de cooperação técnica foi assinado. Entre os desdobramentos do acordo, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou, em 2010, atividades de capacitação de especialistas serra-leoneses em prevenção à aids e em auxílio a gestantes.

Artes

O terceiro acordo internacional aprovado ontem — também com parecer favorável de Cristovam — trata de cooperação cultural entre o Brasil e a Federação de São Cristóvão e Névis.

Localizado na América Central, no Mar do Caribe, o território de São Cristóvão e Névis é formado por duas pequenas ilhas. O país não possui fronteiras terrestres, estando próximo a Porto Rico.

A intenção do acordo (PDS 23/2017), assinado em 2010, é incrementar valores culturais e estreitar os vínculos de amizade e cooperação entre os dois países. O ato ressalta a importância da cooperação nos campos de cinema, artes plásticas, teatro e música. O objetivo da parceria é desenvolver atividades que possam contribuir para melhorar o conhecimento recíproco e a difusão das respectivas culturas.

Além do estímulo e do intercâmbio de experiências em campos das artes, o texto prevê o apoio à cooperação na área de restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural dos países. Ainda haverá o incentivo à promoção de produções literárias, a partir de projetos de tradução e intercâmbio de escritores.

Pelo texto, os países promoverão a troca de informações e a colaboração na área de direitos autorais. Também está previsto que Brasil e São Cristóvão e Névis garantirão as facilidades administrativas e de inspeção necessárias para a entrada e a saída de equipamentos usados em projetos culturais.



Paim (3º à esq.) e Hélio José (2º à esq.) conduzem audiência pública na CPI com Hugo Melo Filho (E), Octavio Bulcão, Sérgio dos Santos e Benedicto Benício Júnior

Vale diz em CPI que exerce direito ao questionar tributos previdenciários

Comissão que investiga a situação da Previdência ouviu representantes de três empresas que estão entre os grandes devedores do sistema

DIFERENÇA DE ENTENDIMENTO em relação ao governo, crise econômica e pesada carga tributária foram alguns dos motivos apresentados ontem por empresários, em audiência pública, para justificar dívidas com a Previdência Social. O encontro fez parte da série de debates que a CPI da Previdência vem promovendo para esclarecer a real situação do sistema previdenciário.

Representante da Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, que aparece no topo da lista de devedores, com dívida previdenciária de R\$ 13,12 bilhões, contou que o valor está relacionado a divergência discutida por via administrativa e judicial.

Octavio Bulcão, diretor tributário da companhia, disse que a Vale vem exercendo direito constitucional ao contraditório para questionar a cobrança de algumas contribuições sociais. Ele afirmou que não há qualquer pendência de repasse de valores referente à parte dos empregados, que são descontadas em folha. E explicou que, assim como outras empresas, a Vale recorre de cobranças por divergir das teses do Fisco.

Bulcão salientou que foram oferecidas garantias e, assim, o Fisco não terá prejuízos se o resultado for desfavorável ao governo.

— Nesses casos em que as empresas oferecem garantias e têm divergência de tese, a Procuradoria da Fazenda Nacional expede certidões de regularidade. A Vale tem as certidões e pode a qualquer tempo disponibilizar aos senhores.

O diretor da Vale disse que a empresa recolheu no ano passado cerca de R\$ 5 bilhões em contribuições ao sistema de Previdência e Seguridade

Social. Quanto às causas dos litígios, ele informou que 92% se referem a questões de natureza indenizatória ou remuneratória das verbas trabalhistas.

Crise

Na lista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional também está a Dedini Indústrias de Base, que deve R\$ 1,02 bilhão à Seguridade Social. Fábrica de equipamentos e unidades industriais para o setor sucroenergético, a empresa foi representada por Sérgio dos Santos, que atribuiu as dificuldades da empresa e do setor de máquinas ao retrocesso da economia brasileira nos últimos anos, conjugada com o prolongamento da crise internacional.

No caso da Dedini, o faturamento, de quase R\$ 3 bilhões em 2007, caiu para R\$ 200

Para juiz do trabalho, reformas destroem proteção social

No mesmo debate na CPI da Previdência, o presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, disse que as reformas previdenciária e trabalhista buscam desconstruir o sistema de proteção social no país. Para ele, no caso da Previdência, antes de tudo é preciso conhecer “os gargalos por onde escorrem os recursos”.

O juiz citou estudos da Fundação Anfip que elevam a quase R\$ 1 trilhão o conjunto dos débitos das empresas com a Previdência, muito além dos R\$ 450 milhões inscritos na dívida ativa. Ele ressaltou que o governo quer economizar, nos próximos dez anos, R\$ 600 bilhões com gastos previdenciários. Assim, o montante contabilizado na dívida ativa já seria suficiente

milhões em 2016. No período, o quadro de empregados foi reduzido de 6.400 para 1.126.

A empresa recorreu em agosto de 2015 a pedido de recuperação judicial, imediatamente deferido. Segundo Santos, na crise, a prioridade foi “sobreviver”. O plano de recuperação está em marcha e as dívidas trabalhistas estão sendo pagas, garantiu. Agora o objetivo é aderir ao novo plano de renegociação tributária do governo federal.

— No Brasil, a recuperação judicial não trata de impostos. A legislação precisa evoluir para possibilitar a inclusão dos tributos, discutir isso de forma completa, para a recuperação da empresa como um todo.

Atrasos

Outro participante da audiência pública na CPI da Previdência, Benedicto

para cobrir grande parte do pretendido corte de despesas, que implicará a redução do acesso a benefícios.

— Só esse dado demonstra o absurdo que é promover todos esses ajustes no sistema previdenciário, enrijecendo o alcance aos direitos previdenciários — afirmou.

O relator da CPI, senador Hélio José (PMDB-DF), também colocou em dúvida as afirmações de que a Previdência é deficitária. Segundo ele, o presidente Michel Temer não tem sido bem assessorado nesse tema e, a bem da população, deveria recuar da proposta de reforma que está sendo debatida na Câmara dos Deputados.

— Não há outro intuito que não o de privatizar a Previdência pública, em favor de apenas um setor, os bancos.

Celso Júnior, da Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A., disse que a empresa mantém, em média, 2 mil empregados, o que acarretaria pesada carga tributária.

Do outro lado, afirmou, as receitas são contingenciadas pela elevada concorrência no segmento, o que obriga a empresa a trabalhar com margens reduzidas. Nesse contexto, disse, atrasar tributos é consequência, e não escolha.

A Marchesan responde por dívida previdenciária de R\$ 757 milhões, dos quais R\$ 55,12 milhões não parcelados.

— Dívidas geram restrições, pois sem a certidão negativa não se consegue acesso a crédito. Isso nos alija do mercado de capitais — destacou, adiantando o interesse na regularização.

E o resto da sociedade, como fica? — questionou.

O senador Dário Berger (PMDB-SC) afirmou que os números apresentados, de fato, motivam dúvidas, cabendo à CPI desmitificar o debate, respondendo se a Previdência é ou não deficitária. Em relação às contas, citou como mais grave o comprometimento das receitas orçamentárias com pagamentos de juros da dívida pública federal, movida às mais elevadas taxas do mundo.

Não compareceram os representantes de outras duas empresas que também estão na lista de grandes devedores: Teka Tecelagem Kuehnrich (dívida de R\$ 1,05 bilhão) e Indústrias de Papel R Ramenzoni (R\$ 1,45 bilhão). O debate foi conduzido por Hélio José e pelo presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS).

Conselho de Comunicação analisa escolhas da sociedade civil

O Conselho de Comunicação Social (CCS) reúne-se na segunda-feira para examinar, entre outros itens, relatório com recomendações sobre a eleição dos representantes da sociedade civil no colegiado, a ser encaminhado ao Congresso. A reunião será dividida em duas partes, com início às 9h.

O relatório propõe que os representantes da sociedade civil no conselho sejam indicados por organizações de âmbito nacional de segmentos expressivos da sociedade, como mulheres, negros e jovens; por instituições de pesquisa sobre comunicação; por organizações que atuam na comunicação e que não estejam representadas nas vagas destinadas às empresas (veículos públicos, educativos ou comunitários); por organizações de âmbito nacional que comprovadamente atuam no campo jurídico e na área da comunicação.

O texto estabelece que os 13 membros titulares do conselho e os respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso, a partir de indicações das entidades representadas no órgão para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O colegiado é composto por um representante das empresas de rádio, televisão e imprensa escrita; da categoria profissional dos jornalistas, radialistas, artistas, cinema e vídeo; por cinco representantes da sociedade civil; e por um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social.

O conselho faz estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações do Congresso sobre comunicação social.

Relatórios

Na mesma reunião, serão analisados relatórios das comissões temáticas do conselho, entre eles os que tratam da obrigatoriedade de veiculação de conteúdos, a regionalização da programação e o incentivo à produção cultural, propaganda eleitoral, restrições em publicidade e propaganda, além de manifestação solicitada pelo Ministério Público Federal sobre a adequação de conteúdo do programa televisivo *Pânico na Band*.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Urgência da reforma será votada semana que vem

Pedido de urgência para a análise no Plenário da proposta que muda leis trabalhistas ficou para terça ou quarta-feira, mas calendário da votação final ainda não tem consenso

A ANÁLISE DO pedido de urgência para votação da reforma trabalhista ficou para terça ou quarta-feira. A decisão foi tomada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

O requerimento foi lido ontem por Eunício, que consultou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), se ele queria pôr em votação, mesmo diante do baixo quorum e do anúncio da oposição de obstruir e pedir o voto nominal. Além da

urgência para a reforma trabalhista (PLC 38/2017), havia um pedido semelhante para projeto sobre cancelamento de precatórios não sacados (PLC 57/2017).

— São dois assuntos muito importantes, mas é patente a falta de quorum para votação nominal. Deixe para colocar na próxima sessão, na semana que vem — avaliou Jucá.

Eunício se comprometeu com os opositoristas a não

colocar os dois requerimentos em votação até terça-feira.

— Para que ninguém tenha surpresa, mesmo com sessão deliberativa hoje à tarde [ontem], mas não vou levar a voto os dois requerimentos. Não esperem de mim nenhum tipo de posicionamento inadequado. Eu poderia não avisar que não colocaria e fazer aqui de tarde uma votação simbólica. Não farei isso em respeito ao Plenário e à oposição — afirmou.

Os senadores da oposição protestaram contra o agendamento de duas reuniões deliberativas do Plenário para ontem (de manhã e à tarde). Para eles, seria uma tentativa de acelerar a votação da reforma trabalhista.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), contrária à realização das duas sessões no mesmo dia, se indignou quando ouviu de Eunício que as convocou “porque queria”.

— Gostaria que mantivéssemos na sessão o mínimo de respeito, já estamos tirando direitos dos trabalhadores, rasgando a CLT. Vamos fazer isso dessa forma? No afrente, no acinte? — questionou a senadora.

Eunício se desculpou e esclareceu ter agendado as duas sessões no mesmo dia para desobstruir a pauta e votar indicações de autoridades já sabatinadas.

Para Eunício, alterações na CLT foram amplamente discutidas no Senado

Eunício Oliveira negou ontem à imprensa que, caso aprove a reforma sem alterações, na expectativa dos vetos do presidente da República, Michel Temer, o Senado esteja abrindo mão da prerrogativa de Casa revisora. Ele afirmou que, se a maioria dos senadores entender que modificações devam ser feitas na proposta em Plenário, elas serão feitas.

— A democracia é assim: quem tem voto ganha, quem não tem voto perde. O Plenário é soberano, se a maioria dos senadores assim entender, haverá modificação, se a maioria dos senadores não entender assim, não haverá modificação do projeto. Essa é a regra da democracia e eu sou um democrata por convicção.

Na avaliação de Eunício, a proposta foi extensamente debatida na Casa.

— Nunca se debateu uma matéria aqui no Senado muito mais do que ela foi debatida na Câmara dos Deputados. Nós fizemos sessões de debates em todas as comissões, fizemos

audiências públicas em todas as comissões, eu encaminhei para três comissões quando precisava encaminhar para apenas duas. Fiz duas sessões durante um dia inteiro de debate no Plenário, coisa rara de acontecer sobre uma matéria em discussão. E ontem [quarta-feira] ainda teve um debate intenso na Comissão de Constituição e Justiça.

Eunício garantiu que dará o tempo regimental a todos os que se inscreverem para discutir a proposta. Mas avisou que não vai aceitar tumulto.

— Não vou permitir que se faça um tumulto em uma matéria que é legítima. A democracia é feita dessa forma.

Sobre a possibilidade de não haver recesso parlamentar em julho, com a abertura ontem dos prazos para análise na Câmara da denúncia de Temer, Eunício afirmou que não recebeu, até o momento, nenhuma solicitação para que o recesso seja suspenso e que, por isso, o Senado segue em ritmo normal.

Calendário da análise no Plenário não é consenso entre governistas e oposição

O clima de guerra entre governo e oposição que se viu nas últimas semanas nas comissões por onde o projeto da reforma trabalhista passou promete ser ainda mais acirrado no Plenário. A primeira batalha é em relação à definição da urgência do projeto.

Romero Jucá acredita que a votação da urgência será na terça-feira, mas Gleisi Hoffmann criticou a pressa.

— Tinha já um acordo por parte da própria Presidência do Senado e do líder do governo de que não teria urgência nessa matéria e fomos surpreendidos no final da CCJ com a votação de um requerimento de urgência, que não poderia ser avaliado hoje [ontem] pelo Plenário — disse Gleisi.

Jucá afirmou que o governo está pronto para votar no

momento que for necessário e que acredita ser possível fazer um acordo de procedimentos.

— Não tem problema atrasar um dia ou dois. Não há dificuldade nisso, desde que a gente vote rapidamente.

Mas, segundo Gleisi, a reforma só tem possibilidade de ser votada na semana de 12 de julho.

Sobre o intervalo de duas sessões, depois de aprovada a urgência, para a votação do projeto, Gleisi disse que a oposição vai lutar contra a possibilidade de o presidente do Senado convocar sessões sucessivas no mesmo dia para acelerar a tramitação. Jucá afirmou que Eunício “é o dono e responsável pela pauta” e que o projeto será discutido e votado “com tranquilidade e respeitando as diferenças”.



Eunício Oliveira, durante sessão, disse que projeto pode ser mudado no Plenário, se a maioria dos senadores assim decidir

Ferraço diz que Brasil precisa aperfeiçoar legislação trabalhista

Relator da proposta nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que o Brasil precisa aperfeiçoar a legislação para que ela dialogue com a realidade do mercado de trabalho.

Ferraço garantiu que os direitos dos trabalhadores serão preservados e que essa foi uma preliminar observada por ele quando assumiu a relatoria. Também apelou para que lutas políticas não invalidem o aperfeiçoamento da legislação.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lasier explica por que se absteve de votar texto em comissão

Lasier Martins (PSD-RS) explicou em Plenário por que se absteve na votação da reforma trabalhista na CCJ.

O senador disse que decidiu não votar na expectativa de que o presidente Temer envie medida provisória com mudanças no texto. Para Lasier, a reforma tem pontos bons, mas também “dispositivos altamente prejudiciais ao trabalhador”.

— Já que o governo promete uma medida provisória, que ela venha agora, e não em agosto ou setembro, o que nos dará segurança para votar em Plenário.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lindbergh acredita na derrubada da proposta em Plenário

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a votação da reforma na CCJ foi a mais terrível que ele acompanhou em 15 anos no Congresso.

Apesar da vitória do governo na CCJ, Lindbergh se disse otimista em relação à votação final no Plenário.

— Aquela vitória que eles estavam querendo e estavam comemorando ali era o último suspiro. O tempo desse pessoal está acabando. Esse governo Temer não se sustenta. É um governo completamente desmoralizado — disse.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Fátima, projeto do governo é uma “colcha de mentiras”

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que, apesar da aprovação da reforma trabalhista na CCJ, continuará lutando contra a tramitação. Para ela, o relatório aprovado é “colcha de mentiras”, vendendo a ideia de recuperação da oferta de empregos. Instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) já alertaram, disse, sobre as consequências, como aumento da informalidade e queda no emprego nos países que adotaram a reforma.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Rocha: mudança não resolve problema de desemprego no país

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou ontem que a reforma trabalhista não gerará mais empregos, questionou os reais motivos e interesses que estão por trás do projeto e defendeu mudanças no texto. Para ele, o que resolve a oferta de emprego é investimento, estatal que seja, e crescimento econômico. Em um país desigual como o Brasil, disse, manter direitos trabalhistas é essencial para reduzir injustiças e fortalecer a democracia. Para ele, o momento não é para grandes mudanças.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Paim cita manifesto de maçons progressistas contra reformas

Paulo Paim (PT-RS) citou manifesto dos maçons progressistas do Brasil em apoio à greve geral de hoje e contra as reformas trabalhista e previdenciária. Segundo o senador, os maçons progressistas classificam o governo Temer como “autoritário e corrupto”, e esperam que a greve geral ganhe adeptos diante do agravamento da crise política.

Paim leu em Plenário seu relatório contra a reforma trabalhista, proposta que considerou desumana e impiedosa. Ele criticou a pressa na votação da reforma, destacando que o texto impõe 200 mudanças na legislação.

Especialistas ouvidos na Comissão de Direitos Humanos alertaram para a importância de orientar crianças e adolescentes, evitando casos como o do jogo Baleia Azul

Debate: pais têm que atuar no uso da internet

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre crimes virtuais, ontem, acabou se transformando em chamado aos pais e educadores para a responsabilidade na orientação de crianças e adolescentes sobre o uso seguro da internet. O debate foi proposto pelo senador José Medeiros (PSD-MT) com o objetivo principal de discutir o falso jogo virtual Baleia Azul, apontado como fator de incentivo ao suicídio de adolescentes em várias partes do mundo.

Para o diretor de Educação da ONG SaferNet Brasil, Rodrigo Nejm, a disseminação do Baleia Azul no país esteve calcada em um fenômeno chamado *fake news*.

— No Brasil, a onda passou a existir a partir de uma cobertura sensacionalista [dos meios de comunicação]. Sua disseminação influenciou jovens que já estavam em situação de sofrimento emocional a participar de exercícios de mutilação e tentativas de suicídio — afirmou Nejm, que



Solicitada por Medeiros e presidida por Regina, audiência contou com Nejm, da SaferNet, e Bergmann, da Polícia Federal

recomendou como antídoto a adoção de uma cobertura de imprensa responsável e a oferta de canais de amparo a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Uso consciente

A manifestação do diretor da SaferNet Brasil foi apoiada pelo representante da Polícia Federal, Pablo Bergmann.

— Ser guiado pelo que sai na imprensa é a pior coisa que existe e isso foi demonstrado no caso da Baleia Azul.

A solução passa por mais conscientização sobre o uso da tecnologia. A habilidade técnica de usar os meios tecnológicos não significa que os adolescentes tenham consciência e habilidades sociais para entender os riscos associados a isso — avaliou.

Adultos responsáveis

Quem também trilhou essa linha de raciocínio foi o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mario Volpi. Em

vez de criar mecanismos de controle e censura para o uso da internet por crianças e adolescentes, ele considerou mais eficaz chamar o adulto à responsabilidade de educar para o manuseio dessa ferramenta em segurança.

— A responsabilização vai para além de punir quem pratica [ilícitos em ambiente virtual]. É preciso responsabilizar aquele negligente que contribuiu para a violação do direito. Esse discurso de inferioridade do adulto em lidar

com redes sociais é o que faz com que a maioria dos adolescentes use seus pares como referência para pedir conselho quando algo acontece, porque não vê uma fonte segura para receber as informações de que precisam — afirmou.

Senadores

Medeiros sustentou que “os pais não podem se dar o direito de não saber o que se está fazendo nesse universo”.

— Os pais precisam ver que não é tão inocente assim a criança estar às 4h30 da manhã no celular e eles não saberem o que está acontecendo ali.

Na opinião da presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), é preciso avançar em um marco legal que proteja a livre manifestação dos indivíduos no meio virtual, mas livrando a sociedade de eventuais danos sociais ou ações criminosas. Telmário Mota (PTB-RR) chamou a atenção, por sua vez, para o risco em reproduzir fatos inverídicos nas redes sociais, capazes de deixar “uma mancha irremovível” na imagem de alguém.

Comissões do Senado definirão emendas à LDO

As 13 comissões do Senado devem definir na próxima semana suas emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018. Cada uma pode apresentar até duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, que lista ações prioritárias para o próximo ano.

As comissões permanentes da Câmara e as sete comissões mistas do Congresso também apresentarão emendas ao PLN 1/2017, duas por colegiado. Deputados e senadores podem apresentar emendas individuais, até três por parlamentar, e as bancadas estaduais do Congresso também apresentam até três emendas cada uma. Todas as emendas deverão ser entregues à Comissão Mista de Orçamento (CMO) até as 20h de quarta-feira.

Os senadores que integram a

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) têm até as 18h da segunda-feira para apresentarem sugestões de emendas. A definição das duas emendas à LDO será feita na terça-feira, em reunião que começa às 10h. O presidente da CAE é Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o relator das emendas é Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) define na terça, em reunião a partir das 15h, suas duas emendas à peça orçamentária. Os senadores que integram o colegiado têm até as 18h da segunda para entregar suas sugestões. O presidente da CRE é Fernando Collor (PTC-AL).

Já os integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) têm até as 11h da terça para enviarem suas sugestões. A definição

das duas emendas que serão incorporadas à LDO 2018 ocorrerá no mesmo dia, em reunião que começa às 15h30. O presidente da CRA é Ivo Cassol (PP-RO) e o relator das emendas é Waldemir Moka (PMDB-MS).

Os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) têm prazo das 8h de hoje até as 14h da terça para entregar suas sugestões de emendas, que serão definidas em reunião na quarta-feira, às 8h30. O presidente da CCT é Otto Alencar (PSD-BA).

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) define as duas emendas que enviará à CMO em reunião agendada para a terça, a partir das 11h30. A presidente do colegiado é Regina Sousa (PT-PI).

As outras comissões ainda vão divulgar suas agendas.

Colegiado promove audiência sobre Estatuto da Pessoa com Deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz audiência pública na segunda-feira, às 9h, para debater a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

A realização do debate atende requerimento do vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS). O senador lembra que o estatuto vai completar dois anos de vigência no dia 6 de julho, ainda com alguns pontos a serem regulamentados.

Foram convidados para a audiência o secretário de Juventude da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), Willian Ferreira da Cunha, e a coordenadora nacional do Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência

no Mercado de Trabalho da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho, Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti.

Também foram chamados para participar do debate na CDH o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Moisés Bauer Luiz; o coordenador pedagógico da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Erivaldo Fernandes Neto; e o coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Wederson Rufino dos Santos.

A audiência será realizada na sala 6 da Ala Nilo Coelho e terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Jungmann: elite é negligente com defesa do país

Ministro disse que papel das Forças Armadas na atuação geopolítica do país precisa ser valorizado e propôs rever modelo de segurança pública

AS FORÇAS ARMADAS têm um sentimento de “orfandade” em relação à elite brasileira, incluindo setores da elite política, por avaliarem que não são valorizadas como merecem. A afirmação foi feita pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, em audiência ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Para o ministro, não é possível que um país com a dimensão geopolítica do Brasil tenha a ilusão de que lidará sempre com cenários de paz. Ele destacou que o mundo já convive hoje com quadros de mudanças rápidas e um crescimento das capacidades de conflito.

Jungmann avaliou que a governança internacional já não corresponde ao cenário



Ministro da Defesa discute desafios e projetos da pasta em audiência pública da comissão presidida por Fernando Collor

de instabilidade, razão por que seria necessária uma compreensão mais ampla pelas elites nacionais no que tange a garantir a capacidade operacional das Forças Armadas.

— Nada a ver com nos transformarmos em uma potência guerreira, não é nada disso. O problema é que ainda se confunde em nosso país que

uma nação pacífica seria necessariamente desarmada. Precisamos mudar essa cultura, a elite brasileira dá pouca atenção às Forças Armadas e à defesa — avaliou Jungmann.

Tensões

O ministro disse que em recente viagem à Suécia reuniu-se com ministros da área da

França, da Rússia e da nação anfitriã. Foi unânime, disse, o diagnóstico de que o mundo vive um quadro de “crescimento de tensões”, refletido na decisão dos 28 países da União Europeia de aumentar os orçamentos para defesa de 1,5% para 2% do PIB.

Jungmann qualificou a percepção da elite brasileira de “esquizofrênica”, por almejar transformar o país em um ator global em termos geopolíticos, avaliando que o processo pode se dar sem se confrontar com aspirações de outros atores. O ministro deixou claro que a situação atual, refletida inclusive num quadro de 147 anos sem guerra interestatal, é de ausência de ameaça concreta ou real, mas o país não pode deixar de trabalhar com possibilidades de problemas no futuro, exatamente como age agora a União Europeia.

— Sou um pouco mais velho e, no meu tempo, isso que a UE está fazendo se chamava rearmamento, e não acabava bem. Um dos cenários com os quais eles trabalham é de problemas no Atlântico Sul. O fato real é que a paz nunca deixa de ser contingente, não é uma dádiva divina nem imutável. A paz passa pela capacidade operacional das Forças Armadas.

“Estados não conseguem lidar com crime organizado”

Nenhum governador de estado tem hoje “a menor condição” de responder a contento às ações levadas a cabo por facções ligadas ao crime organizado, que já opera nacional e internacionalmente, disse Raul Jungmann.

Ele propõe que o Congresso reveja o capítulo da Constituição que definiu o modelo brasileiro de segurança pública e centralizou a política nas mãos dos governos estaduais. Para ele, o cenário hoje é de “colapso total” desse modelo, num quadro que, devido à gravidade, já se tornou questão de segurança nacional.

— Como no regime anterior à Constituição de 1988 havia uma unidade entre defesa e segurança pública, tomou-se então a decisão pela descentralização. Oitenta por cento da responsabilidade

foi repassada aos estados, e a União ficou com missões residuais. Mas já passou da hora de entendermos que esse quadro não se aplica mais à monumental crise que vivenciamos hoje — afirmou.

Também contribuem para o descontrole na segurança, disse, a crise fiscal dos estados, a falência do modelo prisional e as ações em rede das facções criminosas.

Segurança pública

Jungmann propôs à CRE sessão secreta na comissão, com participação do secretário nacional de Segurança Pública, general Carlos Alberto Cruz. A reunião seria fechada, explicou, pelo teor de informações sobre grupos criminosos.

Jungmann disse que o Brasil faz fronteira com quatro países que têm hoje no tráfico

de drogas um motor central de suas economias. Por isso, avalia que o governo brasileiro precisa reagir, em vez de continuar com “políticas de remendos”. Ele citou o recente deslocamento de grupos para a fronteira do Acre, o que está ligado aos processos de paz na Colômbia e no Peru.

Para Jungmann, o caos na segurança pública pode pôr em risco instituições estatais. Ele citou dados que atestam que entre 2014 e 2016 o PCC passou de 3 mil para mais de 13 mil membros, atuando com até grupos sul-americanos.

— Nossos presídios e penitenciárias se tornaram o *home office* do crime. É desses lugares que hoje eles comandam a criminalidade, numa evidente convivência com aparatos de segurança e com a participação de advogados e parentes.

Modelo da base de Alcântara é equivocado, diz ministro

O Brasil não pode repetir o equívoco de atrelar a base de lançamento de foguetes Alcântara (MA) a um único parceiro, disse Raul Jungmann. Ele informou aos senadores que o governo já negocia com outros países o uso otimizado da plataforma.

Jungmann avalia que os acordos podem render ao Brasil cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano, o que já deveria ocorrer. Ele entende ser “incompreensível” a base encontrar-se totalmente inutilizada, em razão de “concepções errôneas”, que temiam o controle de Alcântara pelos Estados Unidos.

— Nesta nova concepção vamos trabalhar com China, Rússia, EUA, Israel, França, com empresas nacionais, seja quem for. Já estamos negociando com qualquer país que tenha interesse, não haverá monopólio.

Ele acrescentou que a minuta definindo um novo modelo de uso para a base será em breve encaminhada ao Congresso e pediu a compreensão da oposição para que o veja como sendo de “interesse nacional”.

O ministro avalia a Base de Alcântara como “a melhor do hemisfério”, a mais econômica, capaz de colocar o país no lucrativo mercado de lançamento de satélites.

Ele também disse que o governo não cogita ter apenas um país parceiro na base, o que contribui para evitar ações buscando inviabilizá-la, por razões de concorrência comercial. Entre 2003 e 2015 vigorou um acordo de parceria com a Ucrânia.

Avança adesão do Brasil a acordo para conter uso de mercúrio

Foi aprovada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a adesão do Brasil à Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, assinada em reunião das Nações Unidas no Japão, em 2013. A análise do texto (PLC 114/2017) segue para o Plenário do Senado.

O relator, Jorge Viana (PT-AC), lembrou os danos aos seres humanos que a exposição excessiva ao mercúrio pode causar, como problemas neurológicos, cardíacos, pulmonares, renais e imunológicos. O senador citou dados

do governo atestando que a concentração do composto no meio ambiente triplicou nos últimos anos.

O acordo prevê a eliminação ou a redução do uso de mercúrio em produtos e processos industriais, assim como o manejo sustentável dos resíduos e o gerenciamento das áreas contaminadas.

Jorge Viana ainda destacou que algumas das obrigações presentes no acordo já encontram respaldo nas leis brasileiras, como a exigência de licença ambiental para a utilização de mercúrio na

mineração artesanal e de pequena escala do ouro (o garimpo).

Catar

Na reunião também foi aprovada a realização de audiência pública com o embaixador do Catar no Brasil, Mohammed Alhayki, para que ele fale sobre a crise diplomática que seu país está atravessando com outras nações árabes. A data da audiência ainda será definida.

Fernando Collor (PTC-AL), presidente da CRE, lembrou que o Catar vem sofrendo sanções econômicas e políticas da

Arábia Saudita, do Egito, dos Emirados Árabes e do Bahrein.

Esses países exigem que o Catar restrinja as relações diplomáticas com o Irã, feche uma base militar turca, rompa relações com o grupo Irmandade Muçulmana e retire do ar a rede de TV Al-Jazeera. Faltando apenas uma semana para que o emirado cumpra as exigências, existe o risco concreto das sanções tornarem-se permanentes, disse Collor.

O senador também afirmou que não viu o corte de verbas da Noruega para o Fundo da Amazônia, anunciado

durante visita de Michel Temer àquele país, como “um gesto de descortesia”. O corte, disse Collor, é previsto no acordo assinado pelas duas nações em caso de aumento do desmatamento.

Também foram aprovados ontem a adesão do Brasil ao Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (PDS 99/2017), além de acordos firmados pelo país com o Camboja (PDS 104/2017, na área da educação) e com Mianmar (PDS 20/2017, para cooperação técnica).

Lei altera programa que reduz jornada e salário

Sancionada nesta semana, norma prorroga e amplia política criada pelo governo federal para evitar demissões em empresas em dificuldade

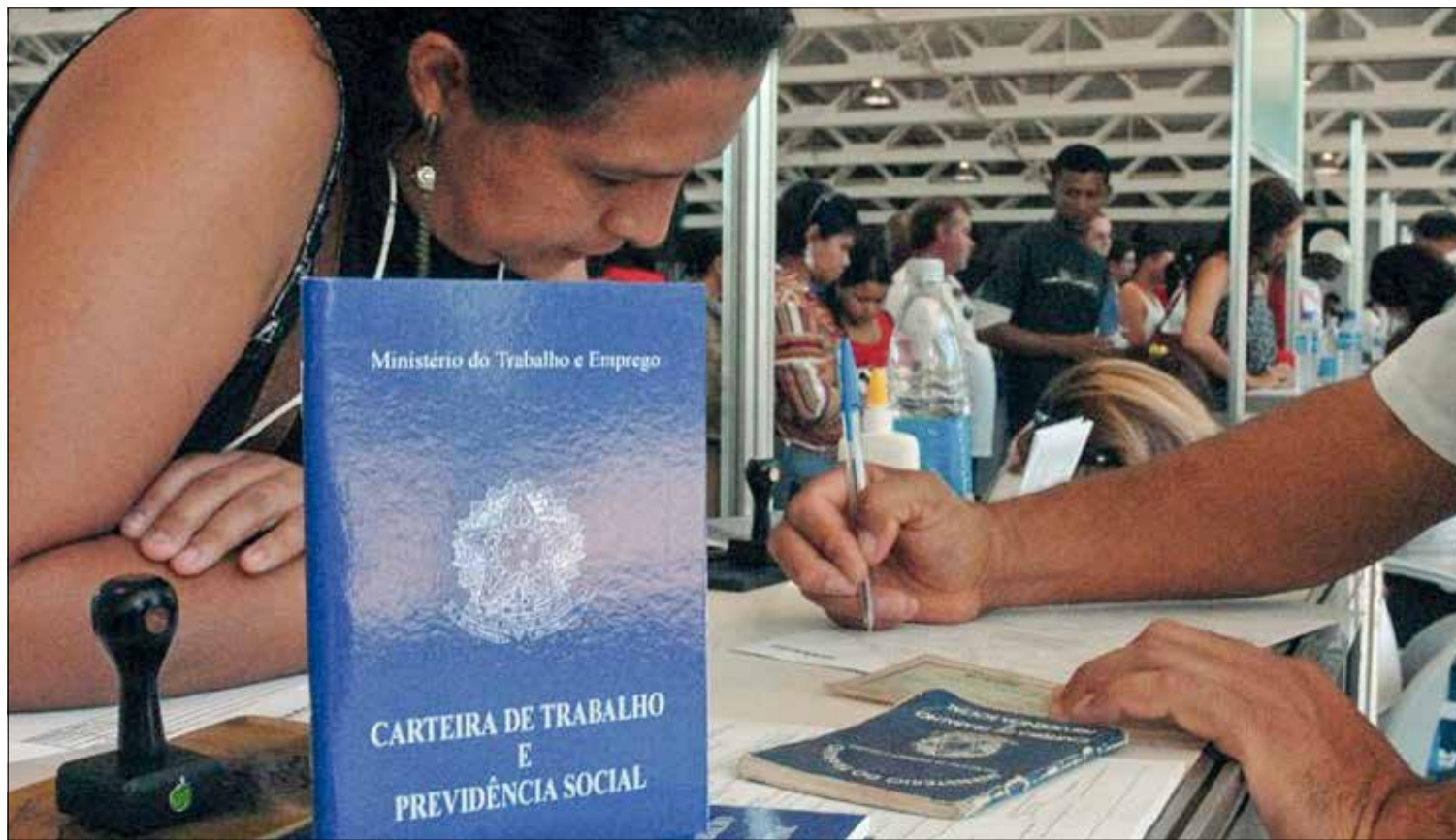
NOVAS REGRAS SERÃO aplicadas ao programa federal que permite a redução da jornada e dos salários de trabalhadores de empresas com dificuldades financeiras. É o que prevê a Lei 13.456/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada na terça-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto altera o Programa de Proteção ao Emprego (instituído pela Lei 13.189/2015), que passou a se chamar Programa Seguro-Emprego (PSE). Também prorroga a política e permite a contratação de idosos, estagiários, pessoas com deficiência e ex-presidiários.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2017, decorrente da Medida Provisória (MP) 761/2016. O projeto, de Armando Monteiro (PTB-PE), foi aprovado no Senado no dia 31. E vale desde terça-feira.

Podem aderir ao PSE as empresas de todos os setores com dificuldade financeira que celebrarem acordo coletivo de trabalho específico de redução de jornada e de salário, que poderão ser diminuídos em até 30%.

Enquanto vigorar a adesão ao PSE, a empresa fica proibida de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa os empregados com jornada reduzida. Após o término, essa proibição se estende por um



Programa Seguro-Emprego, que permite redução de até 30% da jornada e do salário, busca baixar custo da mão de obra para manter empregos, alega o governo

terço do período de adesão ao programa. O prazo de adesão foi prorrogado de dezembro de 2016 para dezembro de 2017. A previsão de sua extinção passou de 2017 para dezembro de 2018.

Justificativa

A MP 761/2016 foi editada por Temer em dezembro do ano passado. Segundo o governo, ao reduzir os custos da mão de obra, o programa diminuiu o número de demissões nas empresas em dificuldades financeiras temporárias. O Executivo também alega que a manutenção dos empregos é indispensável para a retomada do crescimento econômico.

Com recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), o governo federal pagará até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% (R\$ 1.068,00) do teto do seguro-desemprego (atualmente em R\$ 1.643,72).

A despesa com o PSE é estimada em R\$ 327,3 milhões em 2017 e em R\$ 343,4 milhões em 2018. Os cálculos baseiam-se em um público de 55 mil trabalhadores, atualmente coberto pelo programa, e pelo período médio de 5 a 6 meses de duração. Além disso, a adesão de novas empresas ao PSE está sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira a ser fixada pelo Executivo.

Durante a vigência do pro-

grama, o Ministério do Trabalho terá que enviar semestralmente aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e à Casa Civil informações que permitam avaliar a efetividade do PSE.

Adesão

A nova lei altera o critério de adesão de empresas pelo Indicador Líquido de Empregos (ILE), que na prática representa o balanço de demissões e a abertura de novos postos de trabalho na firma durante o ano.

As empresas participantes são proibidas de contratar funcionários para executar as mesmas atividades exercidas por empregado abrangido pelo

programa, o que já era previsto na legislação anterior. Mas abre exceções para os casos de efetivação de estagiário, contratação de pessoas com deficiência e ex-presidiários.

A nova lei mantém as regras relativas aos acordos coletivos necessários à adesão ao programa. Permite ainda que o número total de trabalhadores e de setores abrangidos pelo PSE, bem como o percentual de empregados, possa ser alterado sem a formalização de um aditivo contratual.

As empresas que aderirem ao programa de forma fraudulenta deverão devolver o valor integral recebido do governo acrescido de juros com base na taxa Selic.

Rose diz que futuro do país é mais importante do que o do governo

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou ontem que é mais importante debater o futuro do país do que o futuro do governo, e encontrar soluções para enfrentar as crises política e econômica que o Brasil atravessa. Para ela, a classe política tem o dever de pensar conjuntamente, fazendo de suas divergências o “ponto enriquecedor” para tirar o país da situação em que está. Lamentou que existam parlamentares discutindo questões menos importantes, apenas para agradar aos seus “biombos políticos”.

— A sociedade não tem mais o que dizer diante da pátria ferida como está, desrespeitada e vilipendiada por todos esses escândalos. É a mais profunda crise política que eu já presenciei — declarou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Requião, não há legitimidade no governo e nas medidas

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que não há legitimidade no governo brasileiro e, por consequência, nas medidas por ele adotadas. Para o senador, o quadro se agrava quando o governo, além de se render ao mercado financeiro, também se sujeita a nações estrangeiras, abrindo mão da soberania sobre suas riquezas e sobre a defesa nacional.

— O banditismo e o entreguismo têm longa e vergonhosa tradição na América Latina e sempre caminharam de mãos dadas sob a proteção imperial — declarou.

Entre as possíveis soluções para os atuais problemas, Requião aponta a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania, lançada no dia 21 de junho.



Pedro França/Agência Senado

Viana pede plano estratégico de combate à violência, com metas

Jorge Viana (PT-AC) registrou em Plenário que, durante debate ontem com o ministro da Defesa Raul Jungmann, propôs que o Brasil apresente um plano estratégico de combate à violência, com metas bem definidas e que englobem as mais variadas instituições, numa soma de esforços para trazer de volta a paz e a tranquilidade ao país.

O senador disse que é inconcebível o país ter mais de 60 mil assassinatos por ano e mais de um terço da população carcerária presa por crimes ligados a drogas, quando há 15 anos eram 10%. Também são inconcebíveis, disse, o aumento da violência no interior, com deslocamento do comando do crime organizado para Norte e Nordeste, e o Código Penal ultrapassado, dos anos 1940.



Pedro França/Agência Senado

Jucá diz que avançam negociações para via de Roraima à Guiana

Romero Jucá (PMDB-RR) informou ontem que estão avançando as negociações para o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista, em Roraima, a Georgetown, capital da Guiana. Segundo ele, um trecho de 400 quilômetros no país vizinho precisa ser pavimentado, e a rodovia concluída vai melhorar o panorama logístico do estado.

— O governo brasileiro será parte nesse esforço. Essa estrada gerará condição diferenciada para a Amazônia Ocidental. A logística vai mudar. Receberemos insumos pelo Porto de Georgetown de forma mais barata e vamos ter no escoamento da produção também um diferencial muito grande — afirmou, acrescentando que luta pelo asfaltamento da rodovia desde 2006.



Pedro França/Agência Senado

Telmário defende teto para ICMS do querosene de aviões

Telmário Mota (PTB-RR) pediu a aprovação em Plenário do projeto de resolução do Senado (PRS 55/2015) que estipula teto de 12% para a cobrança de ICMS no querosene de aviões, enquanto não forem retomados voos regionais, principalmente no Norte e no Nordeste.

De acordo com o senador, a Bahia já reduziu a taxa de 18% para 12% e Roraima cobra menos de 12%. Para ele, a aprovação do projeto acabaria com a guerra fiscal entre os estados e baratearia o querosene:

— Isso vai aliviar as empresas aéreas brasileiras, que enfrentam uma das maiores crises de sua história — disse. Acrescentou que as empresas aéreas afirmam que a redução do preço do querosene viabilizaria cerca de 60 novos voos.



Pedro França/Agência Senado